



ATA DA 282ª REUNIÃO ORDINÁRIA VIRTUAL / PRESENCIAL DO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE – CES

DATA: 22/12/2021

LOCAL: Auditório da Escola Estadual de Saúde Pública - ESPBA

Horário: 9 às 12h

Presentes:

Pauta:

1. Informes dos Conselheiros (*30), conforme estabelecido no Art. 23 - Nas sessões do Conselho Estadual de Saúde - CES, será observada a seguinte ordem de trabalho, alínea d) comunicação de ordem geral, leitura de informes e despachos constantes dos expedientes que terá a duração máxima de trinta (30) minutos, na qual os Conselheiros poderão usar da palavra pelo prazo máximo de três (03) minutos;

2. Apresentação da Programação Anual de Saúde – PAS 2022

Expositora: Dra. Tereza Paim

3. Panorama da Vacinação no Estado da Bahia

Expositora: Dra. Vânia Vanden Broucke - Coordenadora Estadual de Imunização da Bahia

4. Apresentação do Parecer referente ao Relatório de Gestão da SESAB, Exercício 2020

Relatora: Conselheira Ivanilda Souza de Brito

5. Apresentação do Plano Diretor de Sangue, componentes e Hemoderivados do Estado da Bahia - HEMOBA

6. Calendário de reuniões do CES 2022

7. O que ocorrer

VERIFICAÇÃO DO QUÓRUM

§ 1º - do Art. 19 do Regimento Interno do CES: As reuniões, ordinárias e extraordinárias, serão iniciadas com a presença mínima de metade mais um dos seus membros”.

§ 2º do Regimento Interno deste Conselho - à hora regimental, não havendo número para deliberar aguardar-se-á por trinta (30) minutos, a formação do quórum. Decorrido este prazo e persistindo a falta de quórum serão feitas até três convocações sucessivas,

com intervalos de até sete dias, decidindo-se na terceira convocação com qualquer número.

Aos vinte e dois dias do mês de dezembro do ano de 2021 às 9:25 da manhã, o presidente do CES **Marcos Antonio Almeida Sampaio** solicitou a verificação do quórum. A **Secretária Adjunta** informou que já tinha quórum. **O presidente Marcos** leu os objetivos da reunião. **O conselheiro Clóvis** pediu a fala e disse que não sabia se a mesa daria informe sobre a eleição das entidades religiosas e falou sobre a necessidade de interposição de recursos. Pediu encaminhamento sobre o assunto e disse que tinha confiança no processo e que somente as entidades estaduais podem participar do processo e informou sobre entidades que segundo o conselheiro não estariam aptas a concorrerem a eleição. Disse que esperava um encaminhamento da mesa executiva. **Conselheiro José Silvino** sugeriu constituir uma comissão para tocar o processo eleitoral das entidades religiosas. Referiu as mortes dentro do sistema prisional e que o ambiente é bastante favorável às doenças. Parabenizou a SESAB no cuidado com essa população. **Conselheira Marleide Castro** disse que estava feliz e agradecia a Deus pela saúde e que todos precisavam continuar se cuidando. Disse que representava o Fórum Pensar Saúde e colocou que em visita aos interiores viu que o número de assistentes sociais é muito reduzido. Informou que o IGH cortou desde 2019 recursos dos servidores e questionou que a categoria não tinha direito a insalubridade. **O presidente Marcos** informou da reunião com o CNS e que foi discutido a dilação de prazo das conferências estaduais e que foi colocado sobre a preocupação com as conquistas da luta antimanicomial e aguardavam uma posição do CNS. Sobre a questão do **conselheiro Clóvis** falou sobre os trâmites da eleição das entidades religiosas e falou de reunião com o MP com **Dra. Rosa** e disse que o segmento é autônomo e que foi publicado e que o MP foi informado de todos os passos dados na referida eleição. Citou recurso de uma entidade sobre documentos de outras entidades e que todas as documentações foram entregues pelas organizações e que o CES tem responsabilidade inclusive criminal posto que a reunião estava sendo gravada. Colocou pesquisa sobre o CNPJ e o edital exigiu documentação e que poderiam discutir mais no que ocorrer. Dando prosseguimento a pauta informou a apresentação da **PAS 2022 – Emanuele/APG e Suzy**. APRESENTAÇÃO. A senhora Emanuele informou que algumas sugestões ou questionamentos iriam marcar com os conselheiros e a área técnica para discussão. A senhora Susy disse que o material que chegou sexta-feira passada e na segunda estavam analisando. **O presidente Marcos** abriu as inscrições para considerações e disse que desde 20 de novembro estava aberto para as considerações e que depois houve ampliação de prazo. **Conselheiro Luiz Delfino** cumprimentou a todos e todas e parabenizou a apresentação. Colocou sobre publicizar algumas ações da SESAB e referiu à lista de medicamentos. Falou do cadastramento de alta complexidade quis saber quais às demandas da SESAB para poderem passar aos parceiros. Falou também da ampliação da rede de urgência e emergência quis saber onde estão localizadas. E referiu as casas de **parto** e quis saber como o município pode se habilitar. Colocou sobre as questões do albinismo e de sua assistência. **Conselheiro Clóvis** disse que fez referência e da importância desse instrumento e que deve ser sempre aprimorado e que as ações de saúde devem sempre constar. Referiu recursos suplementares e pediu que qualquer alteração seja colocada no pleno. Referiu a audiência pública sobre a transferência de tecnologia. Disse que precisavam ampliar o suporte aos municípios e hospitais da rede própria e implementação da CCIH. **Conselheiro José Silvino** parabenizou as expositoras e colocou sobre a Política da

Saúde Prisional como um compromisso da SESAB. E que essa população precisa ter uma assistência diferenciada. Referiu sobre a necessidade de ampliação do hospital do cuidado paliativo e do tempo do tratamento e referiu ainda o recurso de sete milhões. **Conselheiro Joselito** (presença virtual) cumprimentou a todos e todas colocou sobre a política das pessoas com albinismo e que colocaram a proposta de implantação e a proposta da SESAB é de elaboração. Disse que a política já tinha sido discutida com a DGC e que bastava uma pequena alteração para passar pelas áreas técnicas da SESAB e que não havia impasses. Referiu previsão orçamentária para protetores solares e que não viu a previsão da SESAB. Disse que só houve protetores em 2019. Disse que desde 2007 discutem isso que o protetor para o albino é medicamento e não cosmético. **Conselheira Marleide Castro** parabenizou as expositoras e referiu o compromisso três. Pediu especificar as regiões de saúde citadas como cinco. **Conselheira Tereza Deiró** disse que iria colocar questões que observou que não ficaram muito claras e pontuou que não visualizou atenção para pessoas com **TEA** transtorno do espectro autista. Perguntou o critério para escolha dos cinco municípios e quais são. Colocou sobre inscrição no início e que iria falar depois do **conselheiro Clóvis** e pediu mudar o critério para encerrar na segunda fala. Referiu a Conferência de Saúde Mental e que não viu o envolvimento do CETAD/UFBA e que a estrutura desse setor estava precisando de reforma. **O presidente Marcos Sampaio** acatou a sugestão de encerrar na segunda pessoa. **Conselheiro Francisco Sousa** agradeceu as técnicas e falou do prejuízo devido ao processo eleitoral e referiu o corte de orçamento. Falou das dificuldades durante a pandemia e que a Bahia irá cortar recurso. E que o conselho aprovar corte? Disse que era sua primeira questão. A outra questão estava relacionada às referências e colocou que tinha conselheiros novos. Citou compromisso 1 inspeções da vigilância quis saber total de estabelecimentos no estado da Bahia sob a responsabilidade da vigilância sanitária. Colocou meta de 360 municípios e de recursos de cento e sessenta mil (Saúde do trabalhador) e referiu dez milhões de habitantes. Implementar a verificação de óbitos, perguntou qual era a referência para 1900. Colocou que o prazo foi até 17 de dezembro sexta-feira. **O presidente Marcos** colocou sobre a reinscrição do conselheiro para contemplar a fala dos outros inscritos e informou que o primeiro envio foi 05/11. E que desde junho de 2021 e por conta do processo eleitoral não foi discutido por questões internas. E que houve pedido de mais tempo o que foi concedido até o dia 17 de dezembro. Colocou que sentou com a APG e pediu prazo e que nunca houve esse prazo. **Conselheira Nilma Lima** parabenizou a apresentação reforçou a fala dos colegas do conselho de fonodiologia e falou da reabilitação das pessoas com sequelas pós covid e da necessidade de reabilitação. Conselheira disse que não poderiam falar em corte quando tinham uma demanda reprimida. Falou dos protetores solares e da lozartana. Falou que o protetor não é cosméticos para os portadores de albinismo, hanseníase. Colocou que qualquer coisa é dipirona. Falou da falta de medicamentos em saúde mental. **Conselheiro Leonardo Vinhaes** (virtual) disse que não viu na apresentação sobre a doença de obesidade mórbida. **Conselheira Gladys** parabenizou a equipe de apresentação e construção da PAS falou do compromisso um sobre PREP HIV. Falou do fluxo de atendimento a crianças vítimas de violência sexual. Falou da regionalização no atendimento a esses serviços. Referiu à situação do pós covid. E referiu a importância do recurso sem cortes. **Conselheiro Francisco Souza** em reinscrição falou do compromisso 1 e da forma de regionalização e da extinção das DARES. Perguntou quantas regiões de saúde irão compor a Bahia. Telediagnóstico 45 quis saber sobre critérios e tele consultoria. Compromisso três iniciativas um perguntou quantas são diretas ou indiretas em relação à meta e em quais ações. Compromisso quatro. Falou de espaço de negociação. **O presidente Marcos Antonio** colocou sobre as contribuições

do Conselho e que a conferência de saúde mental não estava inclusa. Falou do processo de consulta que foi inédito no CES. Referiu a eleição do CES e do esforço de trazer a PAS 2022 para não entrar o ano com pendências. Passou a fala para **Dra. Tereza Paim**. A **conselheira Tereza Deiró** pontuou que pediu a sua re-inscrição e pediu atenção ao chat. Passou a fala para **Dra. Tereza Paim**. Colocou que saúde é sempre muito complexo e que as linhas de cuidado vão ter alternância e que era um trabalho árduo e complexo. Disse que as referências estão no PS e na PAS. Parabenizou as expositoras. Respondeu sobre a rede de urgência e emergência, casa de parto intra-hospitalar e centros de partos normais. Lembrou que a SESAB tem convênio com a OPAS e novos 16 hospitais e que a Bahia só perde para São Paulo em termos de investimento. Falou do incremento de covid. E que não era corte e sim não investimento no que foi investido nos últimos quatro anos. Citou a regionalização integrada. Sobre a parceria com a CEAP disse que iria se inteirar pessoalmente. Falou de reforma e adequação de hospitais de longa duração. Falou de desmobilização em 2018 e que os pacientes vão ser atendidos em seus municípios. Sobre a segurança do paciente tem metas sim e comitê. Falou da assistência pós covid que tinham planejamento e que vinha como fomento novo. Sobre obesidade disse que teriam o hospital Metropolitana e CEDEBA. Sobre PREP colocou da teleconsulta. Apresentação **Dr. Luiz Henrique da SAFTEC** e a lista de medicamentos em falta. Falou da responsabilidade tripartite. Colocou que iria pedir os contatos dos conselheiros. Colocou-se à disposição para debates futuros no pleno. Disse que não havia corte de recurso na assistência farmacêutica e que os municípios recebem 75% do recurso. Colocou sobre os medicamentos que o MS não tem enviado. **O presidente Marcos** falou de descentralização aos Conselhos Municipais. Leu questão de **Carina no Chat** dizendo que não fez a contribuição que foi informado na apresentação da PAS. Colocou sobre o fechamento de inscrição e que seu entendimento era de encerramento e já apreciar. Perguntou ao pleno se já poderiam apreciar. **Conselheiro Walney Magno** pediu questão de ordem e falou do tempo de fala e pediu um precedente. Falou sobre ausência de medicamentos na Bahia. O presidente pediu manifestação do pleno para apreciação da PAS com as contribuições. Em votação 17 conselheiros concordaram e 4 discordaram de apreciar para aprovação. **Em votação foi aprovada a PAS 2022** com 14 conselheiros que aprovaram, 05 reprovaram e 06 abstenções, somados os votos presenças e do chat. APRESENTAÇÃO VACINAÇÃO COVID 19 – **Dra. Vânia**. **O presidente Marcos** colocou que enviaria a apresentação para que os mesmos encaminhassem sugestões e que a discussão seria permanente no pleno. **Conselheiro José Silvino** registrou o reconhecimento à equipe de vacinação. Colocou sobre as fakes news desmotivando as pessoas a tomarem a vacina. Colocou sobre a necessidade de ênfase da necessidade da terceira dose. Dando continuidade a pauta o presidente chamou a apresentação do parecer RAG. Antes o **conselheiro Francisco** informou que **independente da apresentação já estavam pedindo vista ao parecer RAG 2020**. **O presidente Marcos** disse que queria ouvir a **conselheira Ivanilda**. **Conselheira Ivanilda Brito** colocou sobre vontade de apresentar o seu parecer. **Conselheiro Clóvis** colocou sobre a questão regimental quanto à vista que suspende a pauta da apresentação do parecer. **Conselheiro José Silvino** disse que a vista era necessária, mas gostaria que a apresentação fosse feita pela conselheira. **O presidente Marcos Antonio** disse que o compromisso de posse foi seguir sempre o regimento. Leu o regimento. **Conselheiro Thiago Campos** prestou esclarecimentos e disse que na etapa de discussão seria considerado o pedido de vistas. APRESENTAÇÃO DO PARECER RAG 2020 - CONSELHEIRA IVANILDA BRITO. **O presidente Marcos** informou que iria esclarecer algumas questões, em face da urgência do assunto, leu alguns pontos no regimento. Concedeu vista ao parecer RAG

2020 ao **conselheiro Francisco**. O presidente passou ao próximo ponto de pauta. APRESENTAÇÃO PLANO DIRETOR DO HEMOBA. **Dr. Fernando** apresentou o Plano Diretor e disse que rege a forma de expandir como se aplica a política de sangue, hemoderivados do Estado da Bahia 2020-2023. **Conselheiro José Vasconcelos** agradeceu a **Dr. Fernando** e disse que é muito solidário a essa gestão onde fizeram muitas campanhas captando sangue. Agradeceu ao HEMOBA e colocou de evento em Jacobina onde fez uma fala com destaque para a unidade da Hemoba. Colocou sobre fala em Madre de São João e circunvizinhanças. Considerações dos (as) conselheiros (as): **Conselheiro José Silvino** colocou que teve exemplo importante em casa do filho que saiu e doou sangue e postou uma foto. Disse que instigou o filho a relatar dificuldades o que o mesmo não relatou nenhuma. Colocou da necessidade de fortalecimento da Hemoba e dá a devolutiva aos doadores. Colocou sobre seu trabalho dentro das unidades prisionais. Colocou de levar a proposta de convencimento com essa comunidade. **Conselheiro Cássio** parabenizou **Dr. Fernando** e sua equipe que demonstra a responsabilidade, competência e da busca de doadores, bem como a divulgação na mídia. Disse que todas as medidas são bem vindas. Sugeriu uma ação do Conselho ao HEMOBA e planejar em conjunto. **Conselheira Marleide Castro** parabenizou a equipe do Hemoba e disse que quando vê uma assistente social tão competente e comprometida como a assistente social do HEMOBA a senhora Iara ela ficava muito orgulhosa. Colocou sobre a importância da doação e do trabalho realizado, mas não concordava com o REDA e sim com o concurso público, também reforçava a ideia do conselheiro Cássio. Colocou que em Jacobina a enfermeira faz o trabalho também da assistente social, tendo a necessidade de suprir a vaga no serviço social. Disse que o REDA era louvável, mas era um paliativo e o concurso público proporcionava uma equipe permanente. **Conselheiro Sílvio Roberto** disse que era inegável o trabalho da Hemoba e que os elogios mesmo repetidos são importantes. Disse que o intrigava muito era essa limitação da faixa etária. Perguntou se não tinha possibilidade de o doador fora da faixa etária doar. **Conselheiro Raimundo Cintra** colocou que já sentiu na pele a necessidade de doação. Disse que o que o que era bom deveria continuar. Disse que estava na hora de pautar sobre os contratos REDA. Sugeriu pautar no próximo ano sobre a questão de concurso público. Disse que para defender o SUS precisavam se aprofundar mais. Disse que a enfermagem no Brasil era escravizada. Propôs parceria com entidades do CES. O presidente concedeu a fala para **conselheira Tereza Deiró** que parabenizou a luta do Hemoba na captação de sangue e as linhas do cuidado. **O presidente Marcos** disse que o plano irá orientar as políticas do HEMOBA e que o conselho não era só um espaço que iria discutir pautas burocráticas e sim também trazer as pautas dos segmentos e que o HEMOBA passava por vários segmentos. Colocou que sempre foi doador de sangue junto com seu irmão. Passou a palavra para Dr. Fernando que agradeceu a toda a sua equipe desde a limpeza até o alto escalão. Respondendo ao conselheiro Silvino disse que iriam fazer uma parceria com o sistema prisional. Respondendo a conselheira Marleide disse que falou sobre a unidade de Jacobina, disse que vão ampliar a equipe agora com o REDA. Agradeceu ao conselheiro Vasconcelos. Sobre a pergunta do limite de idade disse que existe uma nova visão sobre a idade cronológica com a idade física referindo-se a doação de sangue. Disse por conta de possibilidade de problemas coronariano foi estabelecido uma faixa etária para doação. Disse que havendo uma necessidade e a dificuldade de encontrar sangue abrem exceção para fazer a coleta. E que hoje as pessoas com 50 anos e com 60 anos estão se cuidando mais possa ser que haja essa possibilidade de ampliar a faixa etária. Disse que era muito provável um aumento de faixa etária, mas que era uma questão de lei. **O presidente Marcos Antonio Sampaio** agradeceu e colocou o que

ocorrer. O presidente disse que como não puderam colocar a conferência de saúde mental na pauta por isso trouxe para o que ocorrer. Colocou que a Conferência foi aprovada pelo Conselho como II Conferência, mas que após averiguação detalhada e investigação não só nos anais do Conselho, mas também com a relatoria à época, e dentro do que comprovaria legalmente, descobriram que a Conferência não era a segunda e sim a **quinta conferência estadual de saúde mental**. Informou da justificativa que trazia a portaria 1819 de 6 de setembro de 2001 que convocou a III conferência de saúde mental, e também foi encontrado uma ata que trata da III conferência de saúde mental. Depois, através de documentação foi identificada a IV conferência de saúde mental intersetorial da Bahia. Relatou ata 169 de 2010. E o relatório final da IV conferência de saúde mental. Disse que então ficou provado que seria convocada a 5ª Conferência Estadual de Saúde Mental. Colocou ao pleno para reconhecimento da alteração. Não havendo manifestação contrária ficou estabelecido à mudança da segunda conferência estadual de saúde mental para quinta conferência estadual de saúde mental. Falou da luta antimanicomial que foi uma conquista, assim teriam que ter cuidado na colocação das políticas. Colocou sobre os prazos das conferências municipais e macrorregionais, relatou reunião com o CNS onde foi informado a intenção de no mês de fevereiro de 2022 sairia uma proposição do CNS alterando os prazos das conferências. Informou que solicitou contribuições dos conselheiros para o regimento com prazo até o dia daquela reunião e que gostaria que aprovassem o regimento com as contribuições e que a comissão de relatoria após todas as considerações pudesse já divulgar o regimento porque já estavam acontecendo conferências de saúde mental nos municípios da Bahia sem nenhuma orientação porque o que orientava era o regimento. Perguntou se tinha conselheiros contrários aquela questão. **Conselheiro José Silvino** disse que mesmo que houvesse a possibilidade de prorrogação tinham que centrar força no que estavam trabalhando com o prazo que se tinha, disse que não podiam alterar nada do cronograma já aprovado, e não trabalhar com suposições. Disse que sabia da importância da reunião com o CNS, mas era uma decisão que estava sendo ainda avaliada. E que era importante não pensar em prorrogar as etapas municipais e nem macrorregionais. **O presidente Marcos** esclareceu ao conselheiro que a proposta de ampliação era uma medida de prudência. E que alguns municípios já colocaram que não conseguem fazer até 31 de janeiro e que a ideia era fazer até 08 de fevereiro para as municipais e as macrorregionais continuavam com o prazo de março e se o CNS saísse com alguma alteração de datas fariam lá na frente avaliação dos prazos tanto das municipais quanto das macrorregionais e a etapa estadual. Disse que se não tomassem uma medida naquele dia sobre as municipais corriam o risco de alguns municípios não conseguirem fazer porque ainda não foi aprovado o regimento e não soltaram o documento orientador porque dependia do regimento e parte da responsabilidade era do Conselho Estadual de Saúde e que os documentos que soltaram foram os da nacional. Colocou que a metodologia estava dentro do regimento e pedia que a comissão pudesse dar andamento a partir das contribuições com prazo até aquela data da reunião. **Conselheiro Silvio** falou que a o trabalho da comissão na construção do regimento já estava posto e que os conselheiros opinassem em cima do que já foi construído e que eles têm encaminhado os trabalhos de forma tranquila, mas sua preocupação maior era em relação à conferência e o processo político porque o regimento poderia ajustar e que a conferência de saúde mental não se transformasse em psiquiatria. Colocou da importância da participação dos conselheiros. Colocou sobre sua experiência em hospitais psiquiátricos. Disse que em relação a II conferência ser de fato a quinta ele pode ter se esquecido porque teve resistência em relação a quarta conferência e que na verdade a mesma terminou se transformando em

uma conferência de psiquiatria e que o mesmo não pode participar da quarta conferência nacional, daí a importância da participação dos conselheiros e acompanhar a realização junto aos municípios. Referiu decreto autorizando o uso de eletrochoque no tratamento de autistas o que já era para ser abolido. **Conselheiro Francisco** disse que em relação a pauta da conferência disse que gostaria de lembrar como foi discutido na primeira reunião e que levou como proposta que na ocasião foi aprovada era da responsabilidade do Conselho organizar a etapa municipal, macrorregional e estadual. Disse que são 417 municípios e que daria problema e que o **compromisso deve versar sobre a responsabilidade do conselho em realizar as 9 conferências macrorregionais**. Disse que se o município quiser assumir de fazer a conferência isso era ótimo, mas que saibam que no nosso cronograma são as 9 macros e a estadual para ir para a nacional e que entendia que esse deveria ser o compromisso do Conselho. Disse que isso deveria ficar bem claro no regimento e deve versar sobre isso até para desresponsabilizar de 417 conferências municipais e que os 9 Núcleos tem que assumir as conferências macros. E que deveria ser escolha dos municípios fazerem as conferências municipais. **Conselheira Luiza** disse que leu o regimento e que ele realmente versa sobre o que o conselheiro falou e que em nenhum momento o Conselho será responsável pelas conferências municipais, mas os municípios organizam suas conferências municipais e que para isso precisavam nortear através do regimento para que os municípios se organizem e delimitem quem vai participar e quais são as suas propostas que representem aquela comunidade “até porque macro não representava o município”. Enfatizou que então precisavam do regimento estadual para nortear os municípios. Ressalvou que os municípios já estavam realizando conferências. **O presidente Marcos** disse que era exatamente aquilo e que em nenhum momento disseram que iriam fazer as conferências municipais, do mesmo jeito em que a nacional não vinha fazer a estadual, mas que o CNS nortearia as conferências estaduais, com relação a número de delegados e propostas e assim, o Conselho Estadual tem que nortear as conferências municipais e macrorregionais. Que os municípios vão para as macros e as macros vem para a estadual e que sempre foi assim desde que este Conselho faz conferências macrorregionais. E que o regimento nada mais é do que o reflexo de todas as outras conferências já realizadas. Disse que queria fazer uma espécie de desabafo e que passaram por um processo eleitoral que foi muito duro e de disputa, mas havia a necessidade de se desarmar os espíritos. E não colocar disputa onde não tem disputa e que está no regimento dizendo que as conferências serão macrorregionais e que os delegados virão desse processo. E se não orientarem como será o processo, só terão a estrutura da macro sem delegação e sem processo de legitimação. Disse que precisa da ajuda dos conselheiros mais experientes e que estão no Conselho há mais tempo para contribuírem na construção das coisas e era urgente porque a conferência não era só responsabilidade da mesa executiva e nem só de responsabilidade da comissão organizadora, ela é de responsabilidade do Conselho Estadual de Saúde da Bahia. E que se alguém tivesse alguma posição contrária ao que foi colocado ali e não sabia se o conselheiro Silvino ficou convencido do aumento do prazo de fevereiro porque não mexia em nada no calendário da Nacional e nem para o calendário das conferências macrorregionais. Colocou que o regimento garante que mesmo que os municípios não ou alguma macro, a estadual não ficaria no meio caminho. Falou das conferências livres que no regimento também trouxe a possibilidade de realização e que foi pensada na dificuldade de participação dos usuários porque alguma macro possa querer realizar somente virtualmente e que os usuários são os que têm mais dificuldade de acessar os meios eletrônicos. Pediu a sensibilidade do **conselheiro Silvino de retirar a sua proposta**. **Conselheiro José Silvino** disse que a questão era complicada, o que pode

ocorrer é usar o limite do tempo e queimar etapas. Disse que sua proposta era manter o período já estabelecido. **O presidente Marcos** colocou as propostas. **Conselheira Patrícia falou do quórum achava que não tinha mais** e disse que essa discussão não era muito pertinente, referindo-se ao **conselheiro Silvino** e que não tinha justificativa de ficar discutindo isso e não estavam postergando e sim estavam seguindo o calendário do CNS. E que muitas vezes eles preferem fazer somente as macrorregionais. O presidente conferiu o quórum e informou que tinha quórum com 21 conselheiros presentes contando com os online. **Conselheiro Silvino retirou sua proposta. Conselheira Tereza Deiró sem áudio. Conselheira Patrícia** chamou atenção para pensar em eletrochoque para pessoas com autismo que considerava um retrocesso. Solicitou ao CES uma manifestação a esse respeito e de encaminhar documento ao governo esclarecendo que isso era um crime. A mesa deliberou por uma nota do CES sobre o eletrochoque. **Conselheiro Francisco em questão de esclarecimento** disse que na apresentação do Plano Diretor a sua impressão era que deveria ter sido aprovado no pleno e isso não foi encaminhado e que tinha tempo para aprovação. **Conselheira Luiza** falou que o documento trazido ao Conselho falava em apreciação e não aprovação e que estavam esperando terminar o debate para colocar em aprovação. O presidente Marcos concordou com a fala da Conselheira Luiza, e colocou em aprovação o Plano Diretor de Sangue. **Aprovado por unanimidade o Plano diretor do Hemoba. Conselheiro Walney Magno** disse que com muita tranquilidade voltava a falar das comissões e colocou que as unidades do sul e extremo sul todas têm problemas. Falou da dificuldade de adentrar nas unidades de saúde. E por não fazer parte de nenhuma comissão não conseguiam acesso as unidades. Perguntou quando iria resolver as comissões e disse que entendia o desabafo do presidente sobre a eleição que demorou. **O presidente Marcos** disse que o conselho ainda precisava se debruçar muito sobre as estratégias de descentralização das ações do Conselho e quanto as comissões foi aprovado que seria numa extraordinária com pauta única e que não tiveram prazo para fazer e em janeiro/2022 a primeira será com esta finalidade. **Conselheiro Clóvis** falou do lapso na habilitação de entidades que são inelegíveis e retorna ao ponto e a entidade estava acompanhando virtualmente e que tiveram acesso a todos os documentos e que as mesmas não têm CNPJ, que precisava ser ativo e Ata vigente. Falou também que as entidades não são de cunho religioso. Disse que o edital elencava os documentos exigidos. Colocou sobre quadro de verificação. Colocou sobre entidade com CNPJ inativo. Fez apelo para que a comissão desse entendimento formalmente e registrar em ata. Disse que é papel da comissão executiva. Colocou da interposição de recurso da FENACAB e a comissão faça seu papel e analise. **O presidente Marcos** disse que precisavam de tranquilidade para lidar com algumas questões e que equívocos podem ser cometidos e não na má-fé. Disse que estavam seguindo o edital e não teve decisão isolada. Disse que ninguém é obrigado a apresentar o que não foi pedido. Sugeriu que precisavam atuar nas coisas para resolver e que o que baliza o CES é o SUS e a saúde da população. Disse que a decisão mais sábia era chamar reunião da comissão eleitoral e fazer novo calendário de segmento e responder oficialmente a entidade requerente e na próxima reunião dá informes dos trâmites tomados. E que as pessoas têm direito de judicializar. Suspender as outras etapas até a análise da comissão. Sugeriu enviar para **Dra. Rosa. Do MP. Conselheiro Silvino** disse que o regramento do regimento era retirar uma comissão e publicar em D.O. conjuntamente com todo processo a ser feito. Disse que encaminhava por suspensão do processo e que a comissão retirada tome as decisões e encaminhou por anulação do processo. E que a decisão é do CES e não tinha que prestar contas ao MP e sim do pleno. **O presidente Marcos** disse que a decisão foi tomada na primeira reunião e encaminhou para mesa diretora e iriam cumprir seu papel.

Conselheira Tereza Deiró falou do decreto 2895 de novembro 2021 na área do direito é um decreto autônomo e não regulamenta nenhuma lei e o governo se arvora e ousa em pleno período de festa coloca o decreto que exacerba as terceirizações do SUS no estado da Bahia. Disse que audiência pública que tratou desse decreto. Leu o decreto. **Transferência de conhecimento técnico no SUS.** Disse que não sabiam qual era a intenção do governo. E a finalidade era da contratada se apropriar do conhecimento e de novas tecnologias em saúde. Colocou sobre o desmonte da universidade pública. Falou dos treze anos sem concurso público. Perguntou qual era a intenção do governo desse modelo de gestão? Pediu que todos se apropriassem do decreto e que esse era derrocada do SUS e colocou que essa fala ela gostaria de ter colocado no início da reunião. **O presidente Marcos Sampaio** informou de **solicitação de dilatação de prazo da consulta pública** e que será ponto de pauta. **Conselheiro Silvio** propôs uma apresentação da proposta de regionalização no pleno. Colocou sobre projeto elaborado pelo grupo de regionalização. **O presidente Marcos Sampaio** disse que iriam trazer. Colocou o calendário para apresentação no pleno e aprovação. Aprovado por unanimidade. Para encerrar o presidente falou do surto de gripe e do decreto que coloca 5 mil pessoas por evento. Sugeriu nota do Conselho para os municípios em surto de gripe. Falou de trazer a discussão do planserv. Nada mais a tratar foi encerrada a reunião.